

ELEIÇÕES

# Hora de ouvir as propostas

Sabatina do **Correio**, a partir das 10h, é a primeira oportunidade que o eleitor tem para saber mais dos postulantes à Presidência

Minervino Junior/CB/DA Press



Simone Tebet (MDB)

Eudes Santana/Divulgação



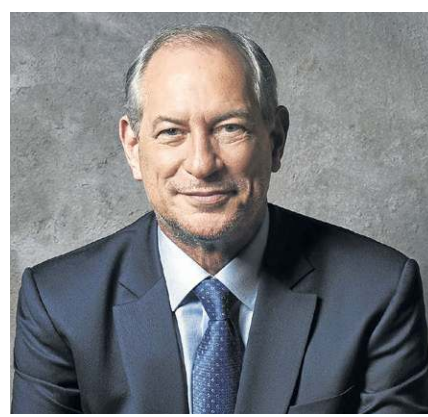
Luciano Bivar (União Brasil)

Romerito Pontes/Divulgação



Vera Lúcia (PSTU)

Reprodução/perfil no Twitter



Ciro Gomes (PDT)

Divulgação



Sofia Manzano (PCB)

Redes sociais



Luiz Felipe D'Ávila (Novo)

Ricardo Stuckert/Divulgação



Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

Reprodução/Twitter



Pablo Marçal (Pros)

Alan Santos/PR



Jair Bolsonaro (PL)

» TAÍSA MEDEIROS

A partir das 10h, o **Correio Braziliense** recebe os pré-candidatos à Presidência da República para uma sabatina, na sede do jornal. Cada participante terá em torno de 50 minutos para responder perguntas sobre temas que interessam à toda a sociedade, como situação da economia, trabalho, direitos, segurança pública, saúde e educação.

Pela ordem de participação, o presidente Jair Bolsonaro (PL), que concorre à reeleição, abre o evento — mas não confirmou se virá. Na sequência, serão sabatinados os pré-candidatos Vera Lúcia

(PSTU), Ciro Gomes (PDT), Felipe D'Ávila (Novo), Luciano Bivar (União Brasil) — que também não garantiu presença —, Sofia Manzano (PCB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) — que ainda não disse se participará —, Pablo Marçal (Pros) e Simone Tebet (MDB).

O evento será transmitido ao vivo pelo site e por todas as redes sociais do **Correio**. Os questionamentos serão formulados por integrantes do jornal ou enviados pelos internautas, por meio do site ou pelas redes sociais, no espaço destinado aos comentários. Diferentemente do formato de debate, em que um pré-candidato direciona pergunta a um concorrente, na sabatina os

questionamentos são conduzidos apenas por jornalistas.

## Contra a parede

Para o cientista político Valdir Pucci, sabatinas e programas que mexem com a zona de conforto dos candidatos são essenciais para mostrar as diferenças de cada e as contradições. “A melhor coisa da sabatina é a possibilidade de quem está entrevistando apresentar o contraditório ou a informação que possa corroborar ou não na fala do candidato. Ele precisa estar preparado para ouvir opiniões contrárias, mas, principalmente, escutar dados que possam questionar aquela informação que é passada pelo

postulante ao cargo”, aponta.

Pucci aposta que o principal tema — aquele que deve ser central em todos os eventos que reúnam candidatos à Presidência — será a economia. “É o grande gargalo do país: como sair da crise econômica na qual estamos, com inflação alta, desemprego, com uma possibilidade até mesmo de baixíssimo crescimento no país”, diz.

O cientista político sugere que o eleitor faça um exercício: “Tentar entender se a fala do pré-candidato, de fato, apresenta a solução ou saídas para os problemas do país. É muito fácil e banal o postulante que diz que tem que resolver problemas da saúde, da educação, da segurança pública,

do desemprego, sem ser questionado de que forma ele fará isso. Quais os planos, de onde virá investimento, como será utilizado. O eleitor não tem que se contentar com promessas”, diz.

O foco do debate precisa estar na construção do futuro, algo que, por vezes, se perde durante as campanhas. É o que alerta o analista político e professor de Relações Institucionais do Ibmec Eduardo Galvão.

“O eleitor precisa tirar o foco das bravatas e considerar o programa que cada candidato apresenta. No momento atual, os debates são centrados no passado, e estamos deixando de lado o futuro. Precisamos de bons programas de governo, que tragam

soluções. Uma boa plataforma de governo deverá trazer respostas factíveis para economia, emprego e saúde. E é neles que o postulante ao cargo deve focar se quiser ganhar o voto do eleitor”, aposta.

Galvão acredita, também, que a sabatina ajuda a aproximar o debate político do cidadão. “É em espaços como esse que a sociedade civil pode participar diretamente das discussões sobre as políticas que vão nortear o próximo governo. Ouvir os anseios e tirar as dúvidas permite que o candidato esteja mais próximo das expectativas do povo. E ajuda os eleitores a formarem sua convicção sobre seu candidato preferido”, observa.

## ICMS

# Pacheco aponta que PL que limita em 17% será alterado

Waldemir Barreto/Agência Senado



» RAPHAEL FELICE

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 18/22, que fixa um teto de 17% para a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado sobre combustíveis, energia elétrica, gás natural, comunicações e transporte coletivo, será votado em junho. Foi o que anunciou, ontem, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sendo que o ex-líder do governo na Casa Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) relatará a proposta.

Porem, ele sinalizou que o texto pode sofrer alterações para aliviar o impacto da proposta sobre as finanças das unidades da Federação. “Os secretários, naturalmente, têm ponderações em relação a esses projetos que foram apresentados. Pelo perfil do Senado como casa da Federação, temos a obrigação de darmos aos secretários a oportunidade para sugestões de aprimoramento do texto”, disse.

A decisão de votar o PLP foi tomada na reunião entre Pacheco, Bezerra, o líder da minoria, Jean Paul Prates (PT-RN), o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (União-AP), secretários estaduais de fazenda e Décio Padilha, presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz).

A primeira reunião técnica sobre a proposta deve ocorrer hoje de manhã. Bezerra se reunirá com os secretários de Fazenda para os primeiros ajustes no texto. Pacheco também deve se encontrar com governadores para tratar do tema.

Segundo Bezerra, “faremos uma primeira avaliação mais ampla para receber os primeiros dados e números concretos

sobre as repercussões que a matéria aprovada na Câmara possa ter de impacto nas finanças dos estados. Quinta-feira faremos uma reunião, em Recife, com Décio — Padilha, que é secretário de Fazenda de Pernambuco — e um grupo de secretários para que se possa aprofundar as análises”, disse o relator.

## Impacto

Para Décio, o país deve tentar diminuir o impacto da redução de

**Pelo perfil do Senado como casa da Federação, temos a obrigação de darmos aos secretários a oportunidade para sugestões de aprimoramento do texto”**

**Rodrigo Pacheco**, presidente do Senado

arrecadação. Uma das saídas seria o PLP 1.472, aprovado no Senado, que cria uma conta de estabilização.

“Se o PLP 1.472 precisar de ajustes na Câmara, vamos trabalhar. Alguns países praticam

(a estabilização). Não é uma interferência na empresa quando parte dos dividendos pagos para o governo nacional vai para uma conta de equalização transitória, para funcionar como amortecedor desse problema conjuntural”, explicou.

Segundo o secretário de Pernambuco, “só com solução estrutural essa conta não fecha. A conjuntura um dia desaparece e isso pode comprometer a saúde e educação por 10 a 15 anos”, observou.

## ENSINO EM CASA

# Projeto pode ficar para o STF dar a palavra final

» LUANA PATRIOLINO

O projeto do ensino domiciliar, em tramitação no Senado, deve esbarrar no Supremo Tribunal Federal (STF). A modalidade é proibida no Brasil por uma decisão da Corte, de 2018. À época, os ministros argumentaram que, conforme a Constituição, a obrigação de educar é compartilhada entre Estado e família, sem exclusividade dos pais.

A expectativa é que o STF seja provocado por entidades ligadas à educação e parlamentares contrários ao projeto. Em 2018, dos 10 ministros que participaram do julgamento, Luiz Fux e Ricardo Lewandowski foram os mais críticos ao ensino caseiro. O atual presidente da Corte disse que afetaria os jovens das classes mais vulneráveis e facilitaria a construção de personalidades intolerantes.

O tema integra a pauta de costumes do presidente Jair Bolsonaro (PL) e de grupos conservadores e religiosos — que acusam as escolas de terem viés ideológico e de promoverem a sexualização.

Segundo Afonso Galvão, professor e doutor em educação, “a escola não é só um aprendizado cognitivo, é um aprendizado social, de interações, de tolerância. Não faz sentido retirar a criança desse contexto para colocá-la em uma bolha que representa uma parte ínfima da sociedade”.